

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/5338	8033/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

CONSIDERANDO QUE:

1. O significativo aumento da oferta de rotas em transporte público que a empresa municipal TUB -Empresa de Transportes Urbanos de Braga, E.M., tem vindo a concretizar ao longo dos últimos anos, aliado ao reforço e melhoria da oferta, à renovação da frota e à redução tarifária dos transportes previstos para 2026, criam, atualmente, condições efetivas para uma mobilidade urbana mais equilibrada, acessível e sustentável.
2. A redução transversal de 14% em todos os títulos de transporte de carregamento mensal constitui um incentivo direto à utilização do transporte público coletivo, potenciando a captação de novos clientes e ampliando as alternativas de mobilidade para todos os cidadãos.
3. A expansão da rede, a melhoria das frequências, o reforço da fiabilidade do serviço, a modernização da frota e a redução tarifária permitem aos cidadãos dispor de soluções de transporte público mais competitivas face ao automóvel particular, promovendo uma mudança gradual de comportamentos e reduzindo a dependência do estacionamento em espaço público, sobretudo nas zonas mais centrais da cidade de Braga.
4. O Município de Braga prossegue a orientação estratégica de qualificar o centro urbano enquanto espaço privilegiado de fruição pública, promovendo a primazia da mobilidade pedonal e a mitigação progressiva do tráfego automóvel.
5. Tal objetivo traduz-se na redução gradual da circulação de veículos motorizados, visando a diminuição dos impactos ambientais associados, designadamente ao nível da poluição atmosférica e sonora.
6. A concretização deste objetivo pressupõe a implementação de políticas públicas de mobilidade sustentável, assentes, nomeadamente, na melhoria contínua da eficiência, cobertura e atratividade dos transportes públicos urbanos.



7. Paralelamente, justifica-se a adoção de medidas de gestão da procura, incluindo o ajustamento progressivo das tarifas de estacionamento no espaço público, com o propósito de desincentivar a utilização do transporte individual motorizado no centro urbano.

8. É neste contexto de melhoria contínua de oferta, de maior atratividade tarifária e de reforço das alternativas de mobilidade, que se enquadra a atualização das taxas do estacionamento, previstas no artigo 58.º da Tabela de Taxas Municipais.

CONSIDERANDO AINDA QUE:

9. A taxa de estacionamento em zonas de duração limitada não se exaure na sua dimensão meramente tributária de contrapartida pela utilização privativa de um bem do domínio público, mas assume-se, primordialmente, como um instrumento de regulação pública e de conformação do espaço urbano, vocacionado para a gestão eficiente de um recurso escasso e para a garantia da rotatividade, condição sine qua non para a vitalidade económica e social dos centros urbanos;

10. A taxa de estacionamento serve como instrumento de regulação de comportamentos e incentivando a transição para modos de transporte mais sustentáveis, em linha com as atribuições municipais no domínio da mobilidade e transportes (alínea m) do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 75 /2013).

11. A alteração da Tabela de Taxas será, na fase subsequente, acompanhada da respetiva fundamentação económico-financeira, que demonstrará a adequação do montante das taxas aos custos diretos e indiretos, bem como aos investimentos municipais realizados na melhoria da rede de transportes públicos e infraestrutura pedonal, cumprindo o disposto na Lei n.º 53-E/2006.

ASSIM:

Decorrente da necessidade de rever a taxa em vigor nesta matéria, **PROPÕE-SE QUE O EXECUTIVO MUNICIPAL DELIBERE APROVAR O INÍCIO DE REVISÃO REGULAMENTAR**, designadamente para alteração do artigo 58.º da tabela de taxas, anexa ao CRMB, que deverá posteriormente ser publicitado na Internet, no sítio institucional do Município, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

Dr. João Rodrigues

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

